

ESCUTAS SOCIEDADE CIVIL PARTE 2 – PNAB 2024

GOVERNO DO ESTADO AMAZONAS

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA

1 **ATA DA 2º REUNIÃO DE ESCUTAS DA SOCIEDADE CIVIL PARTE PARA**
2 **ELABORAÇÃO DO PAAR – PNAB 2024.** Ao 8ª (oitavo) dia do mês de Junho de
3 2024, às 14:00h, reuniram-se, de forma presencial e virtual no Cine Teatro Guarany,
4 cito Av. Sete de Setembro - Centro, Manaus - AM, 69010-005, conforme divulgação
5 em redes sociais e no Portaldoam publicada no dia 05/06/2024, sob coordenação dos
6 assessores **ANNE Paiva de Alencar (SEC)**, **Maria LUCIANE Coêlho Ituassú da**
7 **Silva (SEC)** e **THIAGO Hermido da Silva (SEC)** e tendo como secretária a
8 colaboradora **VANUZA da Silva Santos (CONEC)** e o colaborador **MIKAEL Nunes**
9 **Brandão (Planejamento)**. O encontro contou com a presença nos termos da lista
10 anexa de participantes presentes e virtuais, os quais participaram pelo aplicativo
11 Teams (via link distribuído via redes) ou pelo Youtube (via canal “culturadoam”). Para
12 ouvir os representantes do movimento Hip-Hop de Manaus. **Thiago Hermido** saudou
13 a todos e iniciou abordando questões relacionadas às políticas estruturais da
14 Secretaria, visando acelerar os processos legislativos e de implementação de
15 políticas públicas. Destacou a importância dessas discussões, ressaltando que esta
16 era a segunda reunião setorial, dando continuidade às iniciativas já realizadas, como
17 as visitas ao Sambódromo no final de maio. O foco principal da reunião era apresentar
18 e discutir a aplicação da política nacional Aldir Blanc no estado, com especial atenção
19 ao envolvimento da comunidade do hip hop. Foram abordados temas como modelos
20 de editais, formas de participação, critérios de avaliação e alocação de recursos
21 específicos para editais. A metodologia proposta foi apresentada para debate e
22 colaboração coletiva, enfatizando a importância da participação de todos os
23 envolvidos. **Luciane Ituassú** ressaltou que essas discussões fazem parte do
24 processo de implementação da Política Nacional de Apoio à Cultura, com o apoio de
25 diversas entidades governamentais. **Thiago Hermido** finalizou a introdução da
26 reunião incentivando a participação ativa, tanto presencial quanto online, para garantir
27 a inclusão de todos os presentes. Anne Paiva cumprimentou a todos, apresentou-se
28 como membro da assessoria de políticas culturais e lembrou aos presentes sua
29 participação na LPG juntamente com o também assessor Thiago Hermido e nas
30 escutas relacionadas. Fez uma breve descrição pessoal, destacando suas
31 características físicas e vestimenta. Apresentou algumas questões relacionadas à Lei
32 Aldir Blanc para discussão e para estimular ideias. Ela ressaltou que aquele momento

33 marcava o início de um diálogo e destacou a importância da participação ativa de
34 todos, comentando e argumentando. Além disso, incentivou os presentes a
35 estimularem outras pessoas da classe artística a participarem dos formulários e das
36 consultas públicas, enfatizando a natureza participativa e inclusiva do processo.
37 Trouxe à tona a importância de explorar todas as possibilidades que a PNAB oferece
38 em termos de execução de projetos. Ela destacou que, embora haja um foco
39 frequente em editais de projeto, é essencial compreender que a PNAB não se limita
40 apenas a projetos culturais específicos. ressaltou que os editais podem ser utilizados
41 de diversas formas além de contemplar projetos culturais específicos. Ela mencionou
42 a possibilidade de utilizar os recursos para realizar cursos, tanto para ministrar quanto
43 para participar, com o objetivo de obter certificados e se profissionalizar. Além disso,
44 destacou a importância de considerar outras opções, como a manutenção de
45 equipamentos culturais. propôs a ideia de destinar uma parte dos recursos para um
46 edital específico de hip hop, similar ao que foi feito pela LPG. Desse recurso
47 destinado, uma parcela poderia ser reservada para ações de formação e outra para
48 produção cultural dentro da comunidade hip hop. Destacou a importância de debater
49 entre os presentes a viabilidade e interesse em direcionar parte dos recursos para
50 ações de formação ou outras iniciativas além dos projetos culturais. Também sugeriu
51 a possibilidade de criar um edital de prêmio para reconhecer e contemplar aqueles
52 que têm um histórico significativo de contribuição no campo do hip hop no estado do
53 Amazonas. enfatizou que é possível destinar parte dos recursos ou vagas dentro dos
54 editais para realizar uma feira específica ou um festival de hip hop. Ela ressaltou que
55 todas essas ideias são viáveis dentro da legislação, visando oferecer oportunidades
56 através dos editais para diversas iniciativas culturais. mencionou que o recurso da
57 PNAB não pode ser destinado para pagar a folha de pessoal. Ela então lembrou a
58 divisão dos recursos discutida nas escutas realizadas no final de maio, explicando
59 que 67% do recurso estão destinados para ações de fomento cultural, como os
60 editais, enquanto o restante é dividido entre pontos e pontões de cultura. Ela destacou
61 que os editais, que são a principal forma de fomento, possuem uma subdivisão para
62 todas as áreas culturais, incluindo um edital específico para hip hop, conforme
63 discutido em reuniões anteriores. Dos recursos disponíveis, 67% são direcionados
64 para ações de fomento cultural, principalmente através de editais. O restante é
65 distribuído entre pontos e pontões de cultura, com a possibilidade de participação da
66 comunidade hip hop, embora esses sejam editais específicos. Anne explicou que o
67 foco principal da discussão seria o fomento cultural, abordando aspectos como a
68 manutenção de espaços culturais, reformas e custos operacionais. Em termos de
69 valores, foram destinados cerca de 38 milhões e 500 mil reais para a execução geral
70 em 2024, com aproximadamente 25 milhões e 700 mil reais reservados
71 especificamente para os editais de fomento cultural. Dentro dessa subdivisão, são
72 contempladas todas as áreas culturais, incluindo um edital específico para o hip hop,
73 como foi discutido em reuniões anteriores. Anne então perguntou quem ali presente
74 havia participado da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (LPG), e três pessoas
75 levantaram as mãos. Ela questionou então quem não tinha participado de nenhum

76 edital anteriormente, e a maioria levantou as mãos. Ela então perguntou se alguém
77 havia participado de editais municipais, e a resposta foi negativa. Anne explicou que
78 referia-se ao que aconteceu no ano anterior para contextualizar, pois alguns
79 procedimentos seguiriam o mesmo fluxo dos editais do ano passado, uma vez que a
80 legislação permanecia a mesma. O processo de inscrição envolveria o cadastro
81 estadual da cultura, que estava aberto para inscrições. Depois desse estágio, quando
82 a fase de editais for aberta, os participantes deverão elaborar um projeto no qual será
83 necessário argumentar toda a proposta. É possível discutir brevemente sobre esse
84 modelo antes que ele seja completamente celebrado. No entanto, não será mais
85 necessário apresentar a documentação de habilitação antecipadamente. Os
86 participantes iniciarão o processo apresentando um projeto, o que é uma informação
87 relevante. Além disso, assim como no ano anterior, este ano também haverá cotas,
88 porém com algumas diferenças. Enquanto no ano anterior as cotas se aplicavam
89 apenas a pessoas negras e indígenas, neste ano também incluem pessoas com
90 deficiência (PCDs) em todos os editais. E quanto às cotas, elas apresentam algumas
91 variações. A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) estabelece a necessidade
92 de destinar uma porcentagem dos recursos para áreas periféricas do estado do
93 Amazonas. Portanto, isso também deve ser considerado. Além disso, em relação às
94 medidas de acessibilidade, houve relatos no ano passado de que alguns participantes
95 dos editais da LPG enfrentaram dificuldades em implementar e até mesmo em
96 considerar essas ações de acessibilidade. Essa será uma ação que permanecerá
97 presente nos projetos deste ano. Agora, chegou ao ponto de discussão, perguntou se
98 alguém deseja se manifestar ou tem alguma questão. Não havendo, Thiago Hermido
99 deu sequência a apresentação, propondo começar a fazer o exercício de tentar
100 entender como que vai ser esse desenho de hip hop. Explicou que irão apresentar e
101 discutir os módulos que já foram trabalhados na Secretaria de Cultura. Para aqueles
102 que recordam, a primeira lei Aldir Blanc introduziu uma modalidade de distribuição de
103 recursos por linguagens artísticas. Cada linguagem artística recebeu um valor
104 específico e, dentro desses editais, foi permitido apresentar projetos de qualquer tipo,
105 contanto que estivessem voltados para a respectiva linguagem. Em 2021, também foi
106 lançado outro edital chamado Amazonas Criativo, no qual não se seguiu a abordagem
107 por modalidades de linguagem artística. Em vez disso, os projetos foram organizados
108 por modalidades de projeto. Então foram abertos editais para festivais, mostras e
109 exposições, formação, produtos, circulação e economia criativa. Todas as linguagens
110 escreviam projetos dentro dessas modalidades. Também foi estabelecido o Equipa
111 Cultura, onde o formato dos editais poderia ser replicado, com um valor único
112 atribuído. Por exemplo, o valor destinado ao hip-hop foi de 1.000.500. Esse valor
113 único possui tanto um limite mínimo quanto máximo para os projetos, e cada
114 proponente elabora sua própria proposta de orçamento. Podem ser propostos
115 projetos de 20, 25 ou 30 mil, por exemplo, e conforme a pontuação obtida, o montante
116 total disponível, que é de 1.000.500, é distribuído. Dessa forma, não é mais
117 especificado o valor do projeto; os proponentes determinam o valor com base no
118 orçamento que elaboraram, podendo dizer, por exemplo, "meu projeto, de acordo com

119 meu orçamento, vale 30 mil ou 35 mil". Acaba-se estabelecendo uma regra em que
120 um projeto recebe 30 mil e outro 60 mil, então cada projeto deve se adaptar a esse
121 valor. Pode-se também explorar esse outro modelo de edital, ou tentar fazer uma
122 combinação dos dois. Por exemplo, como aconteceu anteriormente com o projeto
123 voltado para a comunidade negra, optou-se por ter um valor mínimo de 25 mil e um
124 valor máximo de 100 mil, embora essa decisão ainda precise ser discutida em outra
125 consulta. Então, os valores máximos de 100 mil reais serão aplicáveis apenas a
126 projetos específicos que demandam esse montante. Não faria sentido, por exemplo,
127 destinar 100 mil reais para uma oficina isolada. Assim, os 100 mil reais seriam mais
128 adequados para financiar festivais, mostras e projetos de maior envergadura. Essa é
129 uma questão que precisará ser minutar posteriormente. Expressou o desejo de
130 compreender inicialmente com os participantes o que pensam desses modelos de
131 editais e o que seria mais interessante para o edital de hip hop. Mencionou a
132 possibilidade de valores por modalidade, semelhante ao modelo da LPG do ano
133 passado, um valor único de 30 mil reais, ou considerar um valor de 1 milhão e
134 quinhentos, com cada proponente apresentando sua proposta dentro de um intervalo
135 mínimo e máximo, permitindo assim que todos possam decidir. Sugeriu já fazer a
136 primeira rodada, lembrando que duas pessoas presentes poderiam falar, assim como
137 duas pessoas online, para que pudessem seguir esse método. Ele questionou se
138 todos concordavam com essa abordagem. **Luiz Montefusco** expressou sua
139 compreensão de que é por meio desses projetos oferecidos pelo governo que se
140 consegue fomentar melhor a cultura. Com base no que foi discutido, ele acredita que
141 a forma de mesclar os projetos seria a mais interessante, pois entende que a cultura,
142 em termos de qualidade, já está bem estruturada. Segundo ele, as gerações
143 anteriores de todos os elementos do hip-hop já estabeleceram uma base de
144 qualidade, e agora é necessário ter projetos contínuos e frequentes. Portanto, ao ter
145 projetos com um orçamento mais baixo, seria possível manter essa frequência,
146 enquanto festivais mais importantes destacariam ainda mais a cultura. Ele acredita
147 que é importante haver uma certa regularidade de ambas as partes e que a mescla
148 de fiscalização do orçamento seria mais interessante. **Drica** compartilhou sua
149 experiência na LPG, onde conseguiram contemplar muitos projetos ao delimitarem
150 um valor fixo para todos. Cada projeto teve que se adequar a essa quantia específica.
151 Ela sugere que para a PNAB, possam seguir o mesmo formato, aumentando um
152 pouco mais o valor, considerando que o valor disponível na PNAB é maior do que o
153 da LPG. Dessa forma, evitariam situações onde alguns projetos apresentam valores
154 muito altos enquanto outros poderiam ser contemplados com valores menores. Drica
155 enfatizou que essa é uma sugestão da discussão interna, e convida os participantes
156 online a compartilhar suas opiniões sobre o assunto. **Thiago Hermido** destacou a
157 importância de pensar no uso dos recursos a curto, médio e longo prazo. Ele sugeriu
158 que, por exemplo, neste ano poderiam focar em editais para formação e capacitação,
159 visando melhorar os projetos. No próximo ano, considerando que o financiamento
160 está garantido por cinco anos, poderiam explorar outras iniciativas. Mencionou que
161 essa é uma questão relevante a ser considerada. Ele informou que irá abrir para que

162 mais duas pessoas possam falar e, em seguida, voltará à discussão. **Lamartine**
163 propôs a ideia de fechar os valores mínimos e máximos para um determinado número
164 de projetos, com o objetivo de chegar a um denominador comum. Ele mencionou que
165 algumas atividades dentro da cultura hip hop exigem recursos um pouco maiores,
166 como discutido previamente na prefeitura. Ele sugeriu definir os valores mínimos e
167 máximos, por exemplo, 10, 15, 20 ou 30 como mínimo, e 150 ou 200 como máximo,
168 para estabelecer essas categorias financeiras e chegar a um consenso. Ele propôs
169 discutir quantos projetos seriam contemplados com esses valores e quantos dias
170 seriam incluídos. Sugeriu que o valor máximo poderia ser de 150 e o mínimo de 30,
171 com a possibilidade de chegar até 200. Ele ressaltou que essas são ideias para
172 debate e podem ser ajustadas conforme necessário. **Thiago Hermido** lembrou a
173 todos que há um parecer da Advocacia Geral da União, informando que não será
174 mais cobrado os 27,5% para a pessoa física, assim como ocorreu na Lei Paulo
175 Gustavo. Portanto, não haverá mais esses descontos. Ele enfatizou que, pelo menos
176 para a pessoa física, isso não será um problema e seguirá dessa forma. **Mayking**
177 seguiu a linha de raciocínio de Lamartine, mencionando o "Prêmio Feliciano Lana" e
178 expressando preocupação com os descontos. Ele sugeriu contemplar o maior número
179 possível de artistas e produtores fomentadores, propondo valores entre 15 mil e 150
180 mil reais, ou entre 20 mil e 200 mil reais, para atender a uma ampla gama de projetos.
181 Essa faixa, segundo ele, permitiria contemplar o máximo de pessoas possível.
182 **Luciane Ituassú** destacou que as escutas realizadas no final de maio para a
183 elaboração do PAAR, onde foi sugerido contemplar 25 ações ou projetos no valor de
184 30.000 BRL cada, e 5 ações ou projetos no valor de 150.000 BRL. Com esses
185 números, já seria possível entender o quantitativo necessário. Ela sugeriu que, se a
186 ideia fosse aumentar esse quantitativo, poderiam ajustar o valor máximo para 100.000
187 BRL, o que permitiria mais possibilidades para essa modalidade. **Thiago Hermido**
188 informou que o professor Wil estava escrevendo sobre os valores. Perguntou se
189 preferia que fosse lido as sugestões de valores fornecidas: 10, 30, 50, 70 e 200. Ele
190 observou que ao selecionar esses valores, estariam fechando várias categorias, o
191 que poderia limitar as opções disponíveis. Expressou sua preocupação de que isso
192 poderia resultar em um processo muito segmentado, com apenas algumas opções
193 disponíveis. **Professor Wil** expressou sua opinião de que, uma vez que não haverá
194 desconto para pessoa física, seria interessante estabelecer um valor mínimo de 10
195 mil reais, visando incentivar novos produtores ou professores que estão começando.
196 Ele sugeriu fechar o valor máximo em 100.000 reais, o que permitiria realizar uma
197 variedade de atividades. Também propôs não limitar o uso dos recursos apenas para
198 festivais, pois existem outras atividades importantes que demandam financiamento,
199 como viagens para dar oficinas em áreas remotas, com custos associados, ou para a
200 produção de pesquisas. Ele recomendou manter aberta a categoria de modalidade,
201 mas fechar os valores, sendo essa sua sugestão para o processo. **Thiago Hermido**
202 perguntou se não era fechar modalidades para dentro dos valores, se é para ficar em
203 aberto. **Professor Wil disse que sim.** **Thiago Hermido** perguntou se tinha alguma
204 outra manifestação ou se já poderia elaborar essa minuta com o valor máximo de

205 100.000 reais e o mínimo de 30.000 reais. **Mayking** respondeu que sim, 30,30,
206 máximo 100. **Lamartine** expressou que não tinha problema se fosse adotado o valor
207 mínimo de 30.000 reais e o máximo de 100.000 reais, mas ele havia sugerido
208 anteriormente um valor mínimo de 25.000 reais e um máximo de 150.000 reais. Ele
209 ressaltou que essa era apenas uma sugestão e que estava aberto a chegar a um
210 acordo, mesmo que fosse pelos valores de 30 e 100. **Mayking** sugeriu manter o valor
211 mínimo de 30.000 reais, considerando que nos próximos 5 anos pode ser necessário
212 um aumento nos valores devido à inflação, e que um valor menor não seria suficiente
213 para cobrir as despesas básicas, como comprar leite para seu filho. Luciane Ituassú
214 ressaltou a importância de considerar que a política nacional da Aldir Blanc é uma
215 ação continuada, e que o foco deve estar na ação que o valor permitirá de forma
216 gradual ao longo do tempo. O objetivo é alcançar um resultado positivo para a classe
217 artística, seja através de formação, capacitação ou aumento da produção e acesso à
218 comunidade desse segmento. Ela observou que, com a proposta de reduzir o valor
219 máximo de 150.000 para 100.000, e mantendo o valor mínimo de 30.000, a média de
220 projetos contemplados seria de aproximadamente 7 projetos de 100.000 reais cada,
221 juntamente com os projetos de 30.000 reais. Ainda vai ter um resquíziozinho que terão
222 que entender como vai estar trabalhando de forma quebrada. **Anderson Braga** está
223 expressando que eles estão compreendendo o sentido da capilarização, tanto no
224 coletivo quanto na continuidade do processo. Ele considera importante incluir pessoas
225 do interior e envolvê-las no processo do fórum que estão gerenciando, pedindo para
226 que aqueles que não estão presentes também se manifestem para contribuir na
227 construção e compreensão da continuidade do processo ao longo da PNAB. **Thiago**
228 **Hermido** ressaltou que o governo do estado adota uma política em que 50% dos
229 projetos são destinados ao interior e os outros 50% à capital, baseando-se na
230 proporção da população. Ele destaca que essa política está em vigor há bastante
231 tempo. Assim, se houver, por exemplo, 8 projetos para análise, sabe-se que 4 serão
232 destinados ao interior e 4 à capital. Se houver falta de projetos suficientes no interior,
233 os remanescentes são realocados para a capital, seguindo uma prática similar
234 adotada em outros editais. Perguntou se pode encerrar essa discussão dessa forma
235 e já passar para outra pauta. **Luciane Ituassú** menciona que o próximo passo é
236 encaminhar o assunto para consulta pública. Ela explica que uma minuta será
237 elaborada e disponibilizada para consulta, com o objetivo de incentivar ainda mais a
238 participação da comunidade. **Thiago Hermido** destaca a importância dos critérios de
239 participação nos editais, considerando-os um ponto crucial. Ele convida os presentes
240 a comentarem sobre esse tema, que está relacionado ao tempo de residência e à
241 entrada recente de novos membros na comunidade. Thiago enfatiza a relevância da
242 participação do público e como isso pode influenciar também aqueles que avaliam os
243 editais. Ele resalta que um dos requisitos básicos é a residência comprovada no
244 estado do Amazonas. Lembra que, embora na categoria do hip hop não tenha havido
245 problemas, em outras categorias, como LPG, surgiram denúncias sobre participantes
246 que não eram do estado do Amazonas, e essas denúncias foram investigadas pelo
247 Conselho Estadual de Cultura. Ressalta que também consideram a situação de

248 pessoas que não estão em dia com outras prestações de contas, não apenas como
249 uma questão de regulamento dos editais, mas porque essas pessoas realmente não
250 recebem e não conseguem se manter em dia. Por esse motivo, esse critério é
251 aplicado. Eles lembram que essa condição está no cadastro estadual de cultura, que
252 é uma premissa da lei. Desde 2020, esse cadastro está aberto e eles incentivam
253 aqueles que ainda não estão cadastrados a fazerem isso. Eles garantem que há uma
254 equipe na SEC dedicada a dar todo o suporte necessário para o cadastro, que é a
255 porta de entrada não apenas para os editais, mas também para outras iniciativas
256 promovidas pela secretaria. Também ressaltam a importância de não serem
257 servidores da Secretaria, da AACDC, ou do Conselho Estadual de Cultura, nem
258 pessoas diretamente ligadas aos presentes na reunião. Isso se deve ao entendimento
259 de que todos são parte do processo de construção, possuindo informações e
260 privilégios, o que tornaria inadequada a participação de servidores. Eles mencionam
261 a ficha técnica como um ponto relevante que gostariam de abordar, uma discussão
262 que surgiu anteriormente e também foi debatida na PNAB. questionou se a avaliação
263 dos editais deve se restringir apenas ao proponente ou se também deve abranger as
264 pessoas que compõem a equipe técnica do projeto. Reconhecem que, em algumas
265 situações, o proponente pode ser conhecido, mas a equipe técnica pode não estar
266 necessariamente envolvida no movimento cultural. Por isso, eles desejam ouvir a
267 opinião dos presentes sobre a inclusão da equipe técnica nos critérios de avaliação.
268 Lembrando que não é apenas o proponente que passará por essas avaliações, mas
269 toda a equipe técnica que estará envolvida no projeto. **Anne Paiva** sugeriu uma
270 possibilidade em que todos os membros da equipe técnica deveriam estar
271 cadastrados no cadastro estadual de cultura. Solicitou a opinião dos presentes sobre
272 a viabilidade dessa proposta, porque uma vantagem seria a eliminação da
273 necessidade de apresentar o portfólio de cada membro da equipe técnica, já que
274 essas informações estariam disponíveis no cadastro. Perguntou se essa proposta é
275 interessante para os presentes. **Anderson** expressa que considera o assunto
276 bastante relevante, especialmente para garantir transparência e valorização dos
277 artistas. Ele menciona que a Secretaria já possui um sistema acessível a todos os
278 artistas, o que facilita a questão do portfólio. Ele sugere que os artistas já cadastrados
279 automaticamente possam ser vinculados ao sistema proposto. Além disso, ele
280 destaca a importância do peso cultural nesse contexto, considera essa opção
281 bastante significativa. **Mayking** observa que o processo de avaliação é dinâmico e
282 rápido, especialmente no contexto do hip-hop. Ele aponta que, muitas vezes, surgem
283 novos talentos que não possuem um portfólio estabelecido. Para lidar com essa
284 situação, sugere que uma porcentagem do projeto possa ser reservada para esses
285 novos talentos, enquanto o restante seria preenchido por membros da equipe técnica
286 com experiência comprovada. Destaca a importância de compreender o dinamismo
287 da cultura urbana, onde novos artistas emergem constantemente, e enfatiza que esse
288 entendimento deve ser considerado no processo de avaliação. Ele resalta que sua
289 observação sobre MCs pode se aplicar a outros segmentos artísticos também.
290 **Thiago Hermido** propõe uma alternativa onde apenas o proponente seria cadastrado,

291 mas o portfólio dessa pessoa poderia ser incluído no projeto durante a submissão.
292 Reforça a ideia de ter apenas o proponente cadastrado, mas sugere que o portfólio
293 dessa pessoa seja incluído no projeto durante a submissão. No entanto, ele
294 reconhece que isso aumentaria a quantidade de documentação dentro do projeto. Ele
295 explica que no cadastro atual, os artistas cadastrados não precisam se preocupar
296 com o portfólio ou outros documentos, já que o foco é preencher um questionário.
297 Porém, se essa proposta for adotada, seria necessário receber a documentação do
298 proponente em formato de PDF para avaliação. Considera que talvez seja necessário
299 revisar o sistema de cadastro para facilitar esse processo, como por exemplo,
300 estabelecer diferentes níveis de cadastro para que os artistas não precisem enviar a
301 documentação novamente. **Mayking** expressa sua preferência por manter o cadastro
302 apenas do proponente, argumentando que isso evitaria a geração de muitos
303 documentos, tanto para a Secretaria quanto para os artistas. Ele destaca que muitos
304 novos artistas podem não ter a experiência ou o conhecimento necessário para
305 realizar o cadastro e incluir suas informações na ficha técnica. Sugere que seja
306 permitido aos proponentes enviar uma carta de anuência ou o portfólio junto com a
307 submissão do projeto, caso necessário. Ele conclui que essa abordagem simplificaria
308 o processo para todos os envolvidos. **Drica** compartilha sua visão de que o
309 proponente é o principal responsável pela proposta e, portanto, deve estar
310 cadastrado. Ela levanta uma sugestão baseada nas discussões anteriores,
311 apontando que, quando a minuta do edital for aberta para revisão, as pessoas
312 poderão contribuir mais ativamente para a redação final. Exemplifica sua
313 preocupação com um caso pessoal em que uma revisora de texto que não era
314 especialista na área cultural foi incluída em sua ficha técnica em um projeto de e-
315 book. Ela ressalta que isso limita sua liberdade de escolher profissionais qualificados
316 e afirma que é importante que os membros da equipe técnica sejam genuinamente
317 qualificados para contribuir efetivamente para o projeto. Enfatiza que, do contrário, a
318 qualidade do projeto pode ser comprometida. **Thiago Hermido** destaca que o
319 cadastro atual é direcionado para trabalhadores da cultura e da economia criativa, o
320 que significa que profissionais como revisores de texto podem se enquadrar nesse
321 processo. Ele reconhece a preocupação levantada por Drica, mas ressalta que, de
322 acordo com a definição do cadastro, essas pessoas também são consideradas parte
323 do processo. **O secretário Geral Pedro Cacheado** levanta a questão da participação
324 de pessoas externas, que não são do Amazonas ou que não estão cadastradas,
325 destacando a importância de uma política de formação que amplie os horizontes dos
326 setores culturais. Ele sugere a possibilidade de estabelecer uma porcentagem, como
327 70% ou 80%, para garantir que a maioria dos participantes seja do mercado local,
328 mas também permitindo a inclusão de pessoas de fora em situações específicas,
329 como para fornecer formações sobre aspectos técnicos do mercado cultural. Ele
330 argumenta que essa flexibilização poderia ajudar a categoria a expandir seus
331 conhecimentos e perspectivas, contribuindo assim para o seu desenvolvimento.
332 **André Cavalcante** concorda com a sugestão anterior de estabelecer uma
333 porcentagem para permitir a participação de pessoas de fora, visando a troca de

334 informações e conhecimentos para enriquecer o cenário cultural local. Ele destaca a
335 necessidade de simplificar a burocracia envolvida na documentação para participar
336 dos editais, especialmente para a juventude e para os novos talentos do hip hop, que
337 podem não estar familiarizados com esses processos. André enfatiza a importância
338 de tornar o processo mais acessível e transparente para incentivar a participação da
339 comunidade local, garantindo que todos se sintam incluídos e encorajados a participar
340 dos editais e a contribuir para o desenvolvimento cultural do estado. **Lamartine**
341 ressalta que em eventos como a Batalha de Dança e os cursos e oficinas de dança
342 realizados nos últimos anos, os proponentes foram coletivos ou instituições do
343 Amazonas, mas eles trouxeram profissionais de fora para ministrar os cursos, o que
344 é considerado aceitável. Ele destaca que o importante é que os proponentes sejam
345 locais, mas não há problema em trazer pessoas de fora para contribuir com seus
346 conhecimentos e experiências. Ele defende a ideia de que os editais devem
347 contemplar tanto os artistas estabelecidos quanto os novos talentos, incentivando a
348 participação de diferentes segmentos da comunidade artística, como os praticantes
349 de Mcs, os artistas de grafite, e os artistas do rap. Enfatiza que essa inclusão é uma
350 responsabilidade compartilhada por todos, e que é fundamental que os editais
351 contemplem uma diversidade de participantes, representando tanto a "velha escola"
352 quanto a "nova escola" da cultura local. Ele destaca que isso já está refletido nos
353 resultados dos eventos anteriores e acredita que esse é o caminho correto a seguir.
354 **Thiago Hermido** está retomando a discussão para o tópico das características dos
355 avaliadores. Ele menciona que no ano passado, seguindo a legislação, o número de
356 avaliadores foi aumentado para garantir uma avaliação mais assertiva dos projetos.
357 Os projetos foram avaliados por um ou dois avaliadores, conforme previsto na lei. Ele
358 faz referência ao cumprimento da legislação e às práticas adotadas na Paulo
359 Gustavo. mencionou que os avaliadores que participaram da Paulo Gustavo e que
360 eles pretendem que participem também da PNAB, foram selecionados com base em
361 suas especialidades nas áreas pertinentes, atendendo a uma solicitação da própria
362 classe artística durante as escutas da Paulo Gustavo. Eles buscaram avaliadores que
363 fossem pessoas negras, com projetos voltados para pessoas negras, capazes de
364 avaliar projetos com enfoque em aspectos como negritude, indigenismo, teatro e
365 dança. pergunta se essa metodologia deve ser mantida e se atendeu às expectativas
366 dos participantes. Ele também questiona se os conselheiros de cultura devem
367 participar do processo de avaliação. **Participante** (não se identificou) expressa sua
368 crença de que o modelo de avaliação utilizado na Paulo Gustavo foi bem-sucedido,
369 resultando na contemplação de vários projetos que conseguiram apresentar
370 claramente seus objetivos. Em relação à participação do Conselho Estadual de
371 Cultura, ele sugere que siga o mesmo exemplo do Concultura da cidade de Manaus,
372 onde os conselheiros eleitos devem permanecer isentos de qualquer relação direta
373 com os projetos para garantir transparência e imparcialidade. Ele enfatiza a
374 importância de evitar qualquer influência que possa prejudicar ou favorecer
375 determinados projetos, garantindo assim a integridade do processo de avaliação. O
376 participante sugere que o modelo de avaliação da Paulo Gustavo, com referências

377 nacional, estadual e municipal, pode ser adaptado, desde que o Conselho não
378 participe diretamente da avaliação. Drika destaca a importância de selecionar
379 avaliadores que tenham vivência na área em que estão avaliando. Ela menciona que,
380 em sua experiência com a LPG, recebeu comentários de avaliadores que
381 demonstravam falta de compreensão sobre o hip-hop, o que comprometeu a
382 qualidade da avaliação. Ela enfatiza a necessidade de realizar um filtro criterioso na
383 seleção dos avaliadores, garantindo que sejam pessoas que vivenciem e
384 compreendam a cultura hip-hop, para que possam avaliar os projetos de forma
385 coerente e adequada. Também expressa concordância com a ideia de que o
386 Conselho não participe do processo de avaliação. **Thiago Hermido** ressalta que os
387 nomes e currículos dos avaliadores foram abertos para avaliação no passado, e que
388 esse processo deve se repetir agora. No entanto, ele enfatiza a importância de não
389 divulgar quem avaliou cada projeto, para evitar possíveis retaliações ou ameaças
390 caso haja discordância com a avaliação. Destaca a importância de estabelecer uma
391 comissão de seleção para o processo de escolha dos avaliadores, sugerindo que isso
392 seja contemplado na minuta do edital de credenciamento. Ele propõe que a classe
393 seja envolvida nesse processo, permitindo que seus currículos sejam recebidos e
394 avaliados. Além disso, Thiago menciona a possibilidade de formar uma comissão
395 composta por um fórum ou conselho, visando resolver os problemas relacionados aos
396 curadores. Ele compartilha uma experiência recente em que essa questão foi
397 discutida em um fórum de secretários de cultura com o Ministério da Cultura,
398 observando que os desafios com os curadores são comuns em vários estados, à
399 medida que surgem novos editais. O problema dos curadores não se restringe apenas
400 à cidade de Manaus, mas é uma questão que afeta diversos municípios em todo o
401 país, considerando que estão sendo abertos editais para avaliadores em mais de
402 5000 municípios, nos 26 estados e no Distrito Federal. Isso cria um novo mercado,
403 onde pessoas que não estavam previamente envolvidas na elaboração de projetos
404 agora estão participando como avaliadores. Menciona um problema específico
405 relatado por alguém de Santa Catarina, onde muitos curadores copiaram e colaram
406 as mesmas avaliações, ressaltando a necessidade de uma nova metodologia de
407 avaliação. Ele expressa o desejo de apresentar essa nova metodologia para receber
408 feedback sobre seu avanço, especialmente em relação à avaliação. **Anderson**
409 destaca a importância de ter avaliadores capacitados e familiarizados com a realidade
410 local para garantir uma avaliação mais precisa e significativa dos projetos. Ele
411 expressa preocupação com o fato de que muitos avaliadores podem não ter
412 experiência ou conhecimento suficientes sobre as atividades culturais e eventos que
413 estão avaliando, o que pode comprometer a qualidade da avaliação. Enfatiza a
414 importância de ter avaliadores residentes no Amazonas, que tenham uma
415 compreensão mais profunda e vivência com a cultura local, para garantir uma
416 avaliação mais justa e precisa dos projetos. Ele sugere que isso melhoraria
417 significativamente o processo de seleção e garantiria que os projetos sejam avaliados
418 por pessoas que entendem verdadeiramente sua relevância e impacto na
419 comunidade local. **Drika** expressa uma discordância com a ideia de ter apenas

420 avaliadores locais do Amazonas, argumentando que isso pode levar à formação de
421 painelinhas e falta de imparcialidade. Ela defende a abordagem atual de ter uma
422 mistura de avaliadores locais e de fora, pois isso traz diversas perspectivas e
423 enriquece o processo de avaliação. No entanto, ela ressalta a importância de garantir
424 que esses avaliadores tenham conhecimento e afinidade com a cultura hip-hop, para
425 que possam entender verdadeiramente o valor e o impacto dos projetos. Destaca a
426 responsabilidade dos avaliadores em tratar os projetos com cuidado e respeito,
427 reconhecendo que esses projetos podem representar os sonhos e a vida das pessoas
428 envolvidas. Ela menciona que comentários recebidos em edições anteriores
429 ressaltaram a necessidade de uma avaliação cuidadosa e sensível para evitar
430 injustiças. **Lamartine** traz à tona a questão dos vícios nos resultados dos editais,
431 ressaltando a importância de proteger as pessoas do Amazonas de possíveis
432 influências externas. Ele compara o funcionamento dos editais federais, onde as
433 consultas são realizadas de forma a evitar favoritismos locais, com a abordagem
434 adotada nos editais locais, que incluem representantes do Brasil, da região Norte e
435 do Amazonas. Critica a exigência de curso superior para ser jurado, argumentando
436 que isso não é fundamental para a avaliação justa de projetos culturais. Ele defende
437 a inclusão de especialistas em hip-hop como jurados, destacando a importância da
438 vivência na cultura para uma avaliação precisa. também aborda a questão da isenção
439 do conselho estadual de cultura na indicação dos jurados, defendendo que esses
440 jurados devem ser selecionados com base na sua afinidade e experiência com a
441 cultura hip-hop, e não apenas com base em critérios acadêmicos. Ele enfatiza a
442 importância de aprender com os erros do passado para garantir uma seleção justa e
443 equitativa dos projetos. **Pedro Cacheado** destaca algumas falhas observadas nos
444 processos de avaliação de projetos, especialmente em relação à falta de ciência dos
445 avaliadores sobre o edital que estavam avaliando e à ausência de justificativas para
446 as notas atribuídas. Ele sugere a adoção de um sistema de avaliação em que cada
447 projeto seja avaliado por quatro jurados e a nota mais baixa seja eliminada,
448 semelhante ao utilizado em concursos como o Carnaval. Enfatiza a importância de
449 garantir que os avaliadores estejam comprometidos com o processo e que as
450 devolutivas sejam aprimoradas, além de fazer com que a classe tenha um mínimo de
451 proficiência na avaliação dos projetos. Ele ressalta que a obrigação de justificar todas
452 as notas atribuídas deve ser incluída no edital de convocação de pareceristas.
453 **Professor Wil** destaca a falta de coerência e conhecimento por parte de alguns
454 avaliadores, evidenciada pelas justificativas de notas copiadas e pela falta de
455 compreensão básica sobre o tema dos projetos avaliados. Ele sugere a
456 implementação de um sistema que permita aos proponentes contestarem as
457 justificativas de avaliação e fornecer evidências de que o avaliador não compreendia
458 adequadamente o projeto avaliado. Enfatiza a importância de garantir que os
459 avaliadores estejam qualificados e competentes para realizar as avaliações de forma
460 justa e precisa. Ele sugere um processo mais transparente e interativo, onde os
461 proponentes tenham a oportunidade de se defenderem contra avaliações
462 inadequadas. **Thiago Hermido** explicou que as pessoas que não concordaram com

463 as notas recebidas tiveram a oportunidade de entrar no sistema de editais, onde
464 podiam visualizar todas as notas e suas respectivas justificativas. Ali, também era
465 possível apresentar recursos. Ele destacou que outra pessoa, diferente da inicial,
466 avaliava o projeto, e que esse sistema foi testado em editais anteriores da LPG e será
467 mantido nos próximos. Thiago mencionou ainda que, em resposta a Pedro, nenhum
468 avaliador deixou de fornecer justificativa, pois foi implementado um requisito mínimo
469 de 300 caracteres para as avaliações. Explicou que a identificação da questão do
470 copiar e colar ocorreu devido à possibilidade de que alguns avaliadores não
471 estivessem elaborando suas avaliações de forma genuína. Ele sugeriu a transição
472 para o próximo slide, onde apresentaria a proposta final da pauta, relacionada à ficha
473 de inscrição. Após discutir esse assunto, retornariam ao tópico anterior. Ressaltou a
474 importância de estabelecer critérios de avaliação, relacionando-os aos objetos dos
475 editais, como a definição de valores mínimo e máximo. Ele mencionou a elaboração
476 de uma nova metodologia para a avaliação dos avaliadores, exemplificando com uma
477 ficha técnica. O avaliador receberá a mesma pontuação que atribuiu ao projeto, mas
478 será necessário elaborar o motivo que justifica sua nota. Isso visa reduzir a
479 subjetividade nas avaliações. A ideia é que nas próximas avaliações, os avaliadores
480 tenham uma abordagem mais objetiva, sendo obrigados a explicar por que atribuíram
481 determinada nota. Isso será feito por meio de uma quantidade mínima de caracteres
482 que devem ser inseridos na justificativa, garantindo que ela seja suficientemente
483 detalhada para refletir a decisão do avaliador. Assim, ao verificar as notas dos
484 projetos, será possível identificar facilmente se o avaliador forneceu uma pontuação
485 incompatível com sua justificativa. Identificar melhor se os avaliadores estão copiando
486 as avaliações de outros ou se estão fornecendo justificativas coerentes com as notas
487 atribuídas. Dessa forma, busca-se evitar a subjetividade na avaliação, garantindo que
488 as notas reflitam uma análise criteriosa dos projetos. Essa metodologia foi
489 cuidadosamente estudada e pensada para proporcionar mais transparência e
490 equidade no processo de avaliação. Ao recorrer das avaliações, os candidatos
491 poderão compreender melhor os critérios utilizados pelos avaliadores, o que facilitará
492 a elaboração dos recursos. propõe que todos expressem suas opiniões sobre o que
493 poderia ser melhorado no processo de avaliação e quais critérios de avaliação
494 consideram interessantes. **Lamartine** expressa sua discordância em relação à ideia
495 de ter apenas avaliadores do estado, argumentando que isso poderia gerar vícios nos
496 resultados, podendo até expor injustamente as pessoas do Amazonas. Ele
497 exemplifica o funcionamento dos editais federais, onde geralmente avaliadores de
498 uma região não julgam projetos da mesma região para evitar favoritismos. Ressalta
499 a importância de selecionar avaliadores com conhecimento genuíno da cultura hip
500 hop, criticando a exigência de formação superior como critério para ser jurado. Ele
501 defende que os jurados devem ser pessoas com experiência e vivência na cultura hip
502 hop, não apenas acadêmicos, destacando a necessidade de levar em conta o debate
503 e a opinião da comunidade para evitar erros de indicação por parte do conselho.
504 Enfatiza que os jurados devem ser escolhidos levando em consideração sua conexão
505 e familiaridade com a cultura hip hop, especialmente diante de erros ocorridos em

506 edições anteriores do edital. **Pedro Cacheado** esclarece que eles não avaliam
507 projetos da Lei Paulo Gustavo e destaca a necessidade de corrigir alguns pontos, que
508 foram alvo de muitas reclamações. Ele aponta que há indícios de que alguns
509 avaliadores não estavam familiarizados com o edital que estavam avaliando ou não
510 tinham conhecimento da lei, resultando em notas sem justificativa e até mesmo notas
511 zeradas. Pedro sugere a adoção de um sistema com quatro jurados para cada
512 avaliação, excluindo a menor nota, uma prática comum em concursos como o
513 Carnaval. Ele enfatiza a importância de os avaliadores estarem comprometidos e
514 sugere melhorias no processo de feedback, com todas as notas sendo devidamente
515 justificadas. Pedro também propõe que a proficiência dos avaliadores na avaliação
516 dos projetos seja mais valorizada, destacando a eficácia da eliminação da menor nota
517 para promover uma avaliação mais equilibrada. **Professor Wil** concorda com a
518 sugestão apresentada anteriormente e destaca a importância de considerar a
519 exclusão da menor nota como uma possível solução. No entanto, ele expressa
520 preocupação com o cenário das avaliações anteriores, onde muitas justificativas de
521 notas pareciam ter sido copiadas. Ele relata sua experiência ao ajudar amigos a
522 escreverem projetos, observando que as justificativas eram idênticas, mesmo para
523 projetos distintos. Além disso, ele ressalta a falta de conhecimento dos avaliadores
524 sobre hip hop, chegando ao ponto de não entenderem conceitos básicos como
525 Breaking e rap. Enfatiza a necessidade de implementar um mecanismo para
526 denunciar avaliadores inadequados, pois atualmente não há um canal adequado para
527 isso. Ele sugere a criação de um local ou setor onde os participantes possam
528 contestar as avaliações injustas, visando a defesa dos interesses dos concorrentes e
529 a garantia de um processo justo. **Tiago Hermido** explicou que todas as notas
530 estavam disponíveis para aqueles que não concordaram com elas. Eles tinham
531 acesso a uma plataforma onde podiam visualizar todas as notas, juntamente com
532 suas respectivas justificativas, e então podiam apresentar recursos. Esses recursos
533 eram avaliados por outra pessoa, que não era parte do corpo de avaliadores original.
534 Este sistema já foi implementado no edital da LPG e será mantido nos sistemas dos
535 editais da PNAB. Hermido destacou que essa oportunidade foi oferecida aos
536 participantes. A respeito da questão do copiar e colar, ressaltou que não houve
537 nenhuma avaliação sem resposta. Foi implementado um sistema no qual o avaliador
538 precisava digitar no mínimo 300 caracteres para realizar sua avaliação. Essa
539 abordagem foi adotada para identificar a questão do copiar e colar, pois suspeitava-
540 se que o avaliador não estivesse totalmente engajado na redação ou na elaboração
541 da avaliação. Além disso, será apresentada a seguir a proposta final, que é a última
542 pauta da reunião. Primeiramente, é necessário ponderar sobre os critérios de
543 avaliação. Ao discutir sobre esses critérios, é importante vinculá-los de forma
544 específica aos objetos dos editais, conforme parcialmente decidido anteriormente,
545 estabelecendo um valor mínimo e máximo, mas mantendo certa flexibilidade. É
546 vantajoso considerar como esses projetos serão aprovados e avaliados. Nesse
547 sentido, sugerem-se alguns critérios que podem ser adotados. Além disso, uma nova
548 metodologia será implementada para avaliar esses avaliadores. Por exemplo, em

549 uma ficha técnica com itens numerados de 1 a 5, se o avaliador atribuir nota três, terá
550 que justificar sua decisão. Isso exigirá um esforço adicional por parte do avaliador,
551 reduzindo assim a subjetividade das avaliações. A proposta da SEC é que, nas
552 próximas avaliações, os avaliadores possam adotar uma abordagem mista,
553 combinando avaliação objetiva com a exigência mínima de justificção para o valor
554 atribuído. Após atribuir a nota, o avaliador deverá explicar detalhadamente, utilizando
555 um número mínimo de caracteres, por que concedeu aquele valor com base no que
556 foi apresentado no projeto. Dessa forma, ao acessar as notas dos projetos, será
557 possível identificar automaticamente se o avaliador atribuiu uma nota três, por
558 exemplo, mas está expressando uma justificativa que não condiz com a avaliação
559 feita, seja atribuindo uma nota diferente ou fornecendo uma justificativa inadequada.
560 Essa proposta visa aprimorar a identificação de possíveis inconsistências nas
561 avaliações, seja por meio de cópias de avaliações anteriores ou pela falta de coesão
562 entre a nota atribuída e a justificativa apresentada. Essa metodologia busca reduzir a
563 subjetividade na avaliação, proporcionando mais transparência e consistência. Com
564 isso, pretendemos oferecer um recurso mais eficaz para os participantes, permitindo
565 que saibam exatamente os critérios pelos quais foram avaliados. Estamos abertos
566 para ouvir suas opiniões e sugestões sobre como aprimorar ainda mais esses critérios
567 de avaliação, buscando tornar o processo ainda mais justo e acurado. **O participante**
568 levanta uma questão relevante ao mencionar que recentemente o Ministério da
569 Cultura (MinC) disponibilizou as minutas dos editais e os critérios de avaliação. **Anne**
570 **Paiva** destaca que o Ministério da Cultura disponibilizou uma variedade de minutas,
571 abrangendo desde os editais até os critérios de avaliação. Ela enfatiza que, no caso
572 do programa Cultura Viva, os editais são obrigatórios e apresentam pouca
573 flexibilidade em relação a alterações. No entanto, nos editais de projeto cultural, que
574 constituem a maior parte dos recursos, a abertura é maior. Anne menciona que o
575 formato utilizado na Lei de Promoção à Cultura (LPG) é semelhante ao que pode ser
576 aplicado na Política Nacional de Artes (PNAB), pois seguem a mesma legislação. Ela
577 ressalta que, nos editais de fomento cultural, há mais liberdade para definir os critérios
578 de avaliação, podendo incluir aspectos específicos do hip-hop, por exemplo, se
579 considerado relevante. Encoraja a discussão sobre quais critérios são mais
580 importantes para a comunidade do hip-hop e quais deveriam receber maior peso na
581 avaliação dos projetos culturais. **Thiago Hermido** ressalta a importância de
582 considerar os critérios estabelecidos nos editais para avaliar os projetos de forma
583 justa e objetiva. Ele enfatiza que os critérios de avaliação e participação definem a
584 linha de corte para a aprovação dos projetos. Thiago menciona a discussão anterior
585 sobre a comunidade negra, que sugeriu pontuações diferenciadas para aqueles com
586 conhecimento notório. Ele propõe aplicar a mesma abordagem ao hip-hop, incluindo
587 critérios específicos do setor para garantir uma avaliação mais precisa e inclusiva.
588 **Drica** questiona se há alguma especificação de tempo dentro da PNAB para os
589 proponentes culturais, sugerindo que eles precisam ter pelo menos 2, 3 ou 5 anos de
590 experiência para concorrer. **Thiago Hermido** responde que o cadastro na cultura tem
591 apenas 2 anos de existência. **Drica** faz uma sugestão durante a discussão, propondo

592 que se leve em conta a trajetória do proponente como um critério de pontuação nos
593 projetos. Ela aponta para a observação de que muitos novos participantes podem
594 estar apresentando projetos de qualidade inferior devido à falta de experiência. Dessa
595 forma, ela sugere que seja considerada uma pontuação extra de um ou dois pontos
596 com base na experiência e trajetória do proponente. Essa medida visa nivelar a
597 competição e reconhecer a contribuição dos proponentes mais experientes, criando
598 uma abordagem mais equitativa na avaliação dos projetos. **O participante** sugere
599 que o projeto cultural do proponente seja considerado para análise da carreira do
600 proponente, utilizando o currículo como base. Ele propõe a criação de uma escala,
601 semelhante àquela utilizada para artistas com base no tempo de trajetória. Por
602 exemplo, um artista com 2 anos de trajetória poderia receber uma pontuação menor
603 do que um artista com 5 anos ou mais. Ele sugere que o próprio sistema faça essa
604 diferenciação automaticamente ao cruzar as informações. Essa abordagem visa
605 garantir uma avaliação mais justa e equitativa dos projetos, reconhecendo a
606 experiência e a contribuição dos proponentes ao longo do tempo. **O participante (2)**
607 expressa a validade do ponto levantado em relação à história do proponente, porém,
608 destaca a subjetividade associada ao tempo de trajetória. Ele argumenta que, no
609 contexto do hip hop, é crucial trabalhar com uma base sólida de credibilidade para
610 que os projetos sejam eficazes na afetação da cultura. Em vez de apenas considerar
611 o histórico geral da pessoa, ele sugere que seja avaliado o histórico específico dela
612 em trabalhos relacionados a projetos culturais. Isso garantiria que a pontuação extra
613 seja atribuída com base na experiência relevante do proponente em projetos
614 similares, contribuindo para uma análise mais precisa e significativa. **Anne Paiva**
615 destaca a importância do currículo e do portfólio na avaliação dos proponentes,
616 ressaltando que o processo atual permite aos avaliadores acessar essas informações
617 no cadastro estadual da cultura. Ela enfatiza que um currículo bem elaborado e um
618 portfólio detalhado facilitam a compreensão do tempo de atuação e das ações
619 realizadas pelos proponentes. Ao fornecer uma visão clara e organizada de suas
620 experiências e projetos anteriores, os proponentes tornam mais fácil para os
621 avaliadores identificarem sua trajetória e expertise, contribuindo para uma análise
622 mais precisa e informada dos seus perfis e capacidades. **O Participante (3)** destaca
623 a importância não apenas da longevidade no hip hop, mas também da continuidade
624 e participação ativa na cultura. Ele resalta que, além de ter uma trajetória
625 significativa, é fundamental que os proponentes estejam engajados e contribuindo
626 continuamente para o desenvolvimento da cultura hip hop. O Participante (3) enfatiza
627 que aqueles que estão constantemente envolvidos e contribuindo ativamente para a
628 cultura merecem ser reconhecidos e avaliados de forma justa, em comparação com
629 aqueles que podem ter uma longa trajetória, mas não estão mais ativamente
630 envolvidos. Essa abordagem visa garantir que os recursos e oportunidades sejam
631 direcionados para aqueles que estão genuinamente comprometidos em fazer a
632 cultura hip hop acontecer e evoluir. **Marcelo Dias** destacou a importância de
633 estabelecer critérios justos para a seleção de projetos culturais. Ele ressaltou a
634 necessidade de equilibrar a exigência de atividade contínua na área com a abertura

635 para novos talentos e propostas inovadoras. Marcelo enfatizou que a proposta do
636 projeto deve ser o elemento central de avaliação, mais significativo do que a
637 quantidade de anos de atuação. Ele alertou para o risco de cercear oportunidades ao
638 adotar critérios muito rígidos, o que poderia ferir princípios constitucionais de
639 igualdade. Além disso, Marcelo mencionou a importância de considerar a legislação
640 vigente, como a Lei 13109, que estabelece requisitos para CNPJ. Ele destacou a
641 necessidade de atender às demandas do mercado cultural e evitar abusos, garantindo
642 que as políticas sejam formuladas de acordo com as necessidades reais dos artistas
643 e produtores culturais. Marcelo encerrou sua intervenção ressaltando a importância
644 da paciência e da reflexão cuidadosa ao implementar mudanças, visando sempre o
645 benefício e o crescimento do setor cultural. **Thiago Hermido** e Anne Paiva estavam
646 discutindo a possibilidade de incluir o tempo de participação como um critério nos
647 editais culturais, mas com uma abordagem mais flexível e contextualizada. Thiago
648 sugeriu que demonstrar as atividades realizadas nos últimos anos poderia ser uma
649 solução viável, considerando eventos como a pandemia que afetaram
650 significativamente as atividades culturais. Ele destacou a importância de considerar
651 não apenas a duração total de atuação, mas também as ações específicas realizadas
652 durante esse período. Por exemplo, alguém com 30 anos de experiência poderia
653 destacar suas atividades nos últimos 4 a 5 anos para demonstrar sua relevância e
654 contribuição contínua para o setor cultural. Isso permitiria uma avaliação mais precisa
655 e justa da trajetória e do impacto do proponente no cenário cultural. **Drica** destacou
656 que, apesar da pandemia ter interrompido muitas atividades, ela foi um período de
657 grande atividade e produtividade para a cena hip-hop. Durante esse tempo, ela e
658 outros artistas se adaptaram às circunstâncias e exploraram oportunidades online,
659 participando de oficinas, workshops e competições virtuais. Ressaltou que a
660 pandemia não parou completamente as atividades culturais, mas sim criou novas
661 formas de interação e colaboração, utilizando a internet como um meio para continuar
662 produzindo e participando ativamente da cena hip-hop. Ela compartilhou experiências
663 de participação em workshops online com artistas reconhecidos internacionalmente,
664 algo que seria difícil de alcançar em circunstâncias normais. Portanto, embora a
665 pandemia tenha sido um desafio, também foi um período de crescimento e
666 oportunidades para os artistas da comunidade hip-hop. **Anderson** sugeriu uma
667 abordagem para pontuar a experiência dos proponentes com base no tempo de
668 atuação. Ele propôs dividir os pontos da seguinte forma: até 2 anos receberiam 1
669 ponto, de 3 a 4 anos receberiam 2 pontos, e 10 ou mais anos receberiam 5 pontos.
670 Essa divisão estabeleceria uma linha de corte clara para os proponentes com 10 anos
671 ou mais de experiência, concedendo-lhes uma pontuação significativamente mais
672 alta. **Anne Paiva** enfatizou a importância de disseminar entre os colegas a
673 necessidade de manter atualizado o portfólio, destacando os anos de atuação. Isso é
674 crucial, pois os avaliadores se basearão nesse critério para pontuar. Ela lembrou que
675 os proponentes devem estar cientes dessa regra e atualizar regularmente seus
676 portfólios no cadastro. Anne também lembrou a todos sobre a importância disso,
677 destacando que a colega Luciane trouxe esse ponto à tona. Além disso, Anne

678 mencionou que eles haviam discutido algumas possíveis perguntas para incluir no
679 questionário. Ela perguntou se os participantes presentes, que já tinham experiência
680 com os editais da LPG, estavam interessados em ver essas potenciais perguntas.
681 **Thiago Hermido** sugeriu que os participantes revisassem o questionário
682 anteriormente utilizado para identificar se havia alguma questão que não contemplava
683 suas necessidades ou aspectos relevantes para a avaliação dos projetos. **Pedro**
684 **Cacheado** expressou a necessidade de considerar com cautela o período de atuação
685 dos proponentes, especialmente diante da dificuldade enfrentada por muitos em obter
686 um CNPJ válido devido aos encargos fiscais. Ele enfatizou a importância de avaliar a
687 pessoa física por trás do CNPJ e seu tempo de experiência. Ressaltou que a
688 profissionalização é um objetivo, mas muitos podem estar sendo excluídos do
689 processo devido à exigência de ter um CNPJ com anos de existência. Ele sugeriu que
690 isso fosse levado em consideração para evitar exclusões injustas. **Anne Paiva**
691 destacou a diferença entre o MEI (Microempreendedor Individual) e o CNPJ de uma
692 associação, ressaltando que o MEI muitas vezes é utilizado para facilitar as
693 contratações e a profissionalização do proponente. No entanto, ela ressaltou que o
694 MEI é uma extensão da pessoa física, enquanto uma associação já possui um
695 currículo próprio. Essa distinção é importante ao avaliar a trajetória e a experiência
696 do proponente. **Drica** explicou que ela não utiliza um portfólio separado, mas sim o
697 portfólio no cadastro da Secretaria de Estado de Cultura. Quando fez o cadastro do
698 seu MEI, ela incluiu o seu portfólio lá. Segundo ela, eles consideraram esse portfólio,
699 então é possível usar o próprio portfólio e não necessariamente o do MEI. Assim, fica
700 mais claro como funciona esse processo. **Marcelo Dias** enfatizou a importância dos
701 critérios legais aplicáveis às instituições do terceiro setor, como fundações e
702 associações, ressaltando a necessidade de compreender a legislação
703 correspondente. Ele destacou que a aplicação desses critérios não é uma questão de
704 exclusão, mas sim de seguir as normas estabelecidas, evitando que entidades
705 recentes recebam todo o recurso disponível e prejudiquem o equilíbrio do mercado.
706 Concordando com um ponto levantado por Drica sobre a atividade individual de
707 proposição, mencionou a complexidade das modalidades tributárias e a flexibilização
708 feita pela Advocacia Geral da União em relação ao imposto de renda. Além disso, ele
709 ressaltou a importância de emitir recibos durante a prestação de contas, destacando
710 que essa prática é muitas vezes esquecida, mas fundamental para garantir a
711 transparência e a conformidade legal nos processos de prestação de contas. **Luciane**
712 **Ituassú** trouxe uma contribuição importante ao destacar que a PNAB oferece
713 diferentes possibilidades de regulamentação, tanto para eventos online quanto
714 presenciais. Ela mencionou que, até o momento, não foi utilizado o Decreto nº 10.019,
715 que estabelece a Política Nacional de Banco de Dados, o que significa que não há
716 uma limitação específica de tempo mínimo para a existência de CNPJ, a menos que
717 a classe solicite essa limitação. Ressaltou que o foco da discussão atual está no
718 fomento cultural. Quanto à prestação de contas, ela explicou que a PNAB oferece a
719 metodologia da prestação de informações, anteriormente chamada de prestação de
720 contas, e que agora está sendo utilizada uma nomenclatura diferente. Ela enfatizou a

721 importância de guardar notas e recibos, mas esclareceu que, inicialmente, esses
722 documentos não precisam ser apresentados como parte da prestação de
723 informações. A prestação de informações ocorre por meio do relatório de
724 cumprimento do objeto, e apenas se esse relatório levantar questões ou dúvidas
725 sobre o cumprimento do objeto é que será solicitado um relatório físico e financeiro,
726 no qual serão necessários os documentos financeiros, como notas e recibos. **Anne**
727 **Paiva** informou que estão buscando uma parceria com o Banco do Brasil para facilitar
728 a abertura de contas bancárias durante o período da LPG. Para pessoas jurídicas,
729 essa parceria já está em andamento, enquanto para pessoas físicas ainda está sendo
730 trabalhada. A ideia é que, uma vez contemplados, os beneficiários tenham a abertura
731 automática da conta bancária, sem a necessidade de buscar o banco para isso. A
732 ativação da conta e a apresentação de documentos necessários serão posteriormente
733 realizadas junto ao Banco do Brasil. Sugeriu que no próprio sistema de cadastro seja
734 incluída a opção de vincular a agência do Banco do Brasil mais próxima da residência
735 do participante, facilitando o processo. Essa integração permitiria que, ao ser
736 aprovado, o participante receba uma notificação e possa se dirigir diretamente à
737 agência para ativar a conta, apresentando apenas sua identidade. **Luciane Ituassú**
738 mencionou que o Banco do Brasil possui uma agência chamada Setor Público,
739 presente em todos os estados, que é responsável por lidar com os polos relacionados
740 ao setor público. Essa agência é a única do Banco do Brasil que, através de um
741 sistema interno, permite o preenchimento de um formulário com o nome e a relação
742 das pessoas inscritas para a abertura das contas. Mencionou que anteriormente a
743 agência do Setor Público estava localizada em André Araújo, porém não tem certeza
744 se permanece lá, mas se comprometeu a verificar essa informação e repassá-la
745 posteriormente. **Drica** destacou a importância da parceria estabelecida com o Banco
746 do Brasil, ressaltando que a instituição está atenta aos detalhes específicos. Uma das
747 principais solicitações feitas a eles foi a questão das taxas bancárias, que a lei não
748 permite deduzir, o que poderia impactar financeiramente os participantes no futuro.
749 **Anne Paiva** tranquilizou tanto os participantes presenciais quanto online, garantindo
750 que não haverá taxas. O Banco do Brasil fornecerá as documentações necessárias
751 para a abertura das contas, que inicialmente estarão bloqueadas e só serão
752 desbloqueadas quando os proponentes comparecerem à agência. Também adiantou
753 que a abertura de conta será facilitada culturalmente, com divulgação dos endereços
754 corretos e prazos para que os participantes possam se organizar. Ela mencionou que
755 o Banco do Brasil possui polos especializados em todo o país, o que facilitará o
756 acesso aos serviços bancários. **Drica** abordou a preocupação em relação aos
757 participantes que residem em áreas mais remotas, onde não há agências do Banco
758 do Brasil disponíveis. Ela reconheceu que essa é uma questão importante a ser
759 considerada, e que estão cientes da falta de cobertura em determinadas regiões.
760 **Luciane Ituassú** explicou que o Banco do Brasil possui polos específicos em
761 determinados municípios-chave para onde os participantes serão direcionados. Ela
762 mencionou que estão estudando a possibilidade de enviar o cartão para o município
763 onde está localizado o banco, visando facilitar a abertura de conta para pessoas

764 físicas. Também trouxe à tona uma questão importante sobre o rendimento dos
765 valores depositados nas contas dos projetos. Ela esclareceu que os rendimentos
766 ficam vinculados ao período em que o dinheiro fica parado e devem ser utilizados no
767 projeto. Além disso, destacou que é necessário abrir uma conta específica para cada
768 projeto, conforme previsto na legislação vigente. Essa conta será utilizada apenas
769 para os fins relacionados ao projeto e será encerrada após a conclusão do mesmo.
770 **Anne Paiva** explicou que haverá uma mudança na forma de execução dos projetos
771 com a chegada da PNAB. Enquanto no LPG os recursos eram depositados
772 diretamente na conta dos proponentes e eles podiam iniciar a execução
773 imediatamente, na PNAB haverá um prazo para iniciar o projeto após a contemplação.
774 Esse prazo será de aproximadamente um mês, durante o qual os proponentes
775 deverão organizar as questões relacionadas ao banco para desbloquear os recursos.
776 Somente após esse período é que poderão iniciar efetivamente a execução do
777 projeto. Ressaltou a importância dessa mudança para evitar atropelos e permitir uma
778 comunicação adequada com a Secretaria, além de viabilizar a logística necessária
779 para visitas e monitoramentos. Além disso, mencionou que a SEDUC procurou o
780 Conselho Estadual de Cultura para discutir procedimentos relacionados à realização
781 de projetos em espaços educacionais, buscando garantir um acesso mais acessível
782 e menos burocrático a esses locais. Essas mudanças estão sendo estudadas para
783 proporcionar um processo mais fluido e eficiente para todos os envolvidos. **Anderson**
784 expressou preocupações sobre a cronologia dos projetos em relação ao calendário
785 eleitoral. Ele levantou a questão de que, com a extensão do prazo do Minc e do PAAR,
786 e considerando que o período eleitoral no Brasil ocorrerá a partir de agosto, pode
787 haver impacto no cronograma dos editais. Ele questionou como isso afetaria os
788 prazos de execução dos projetos, especialmente se o edital for lançado próximo a
789 outubro, resultando em repasses de recursos em novembro e execução em
790 dezembro, o que poderia coincidir com novos aportes do Ministério. Além disso, ele
791 expressou incerteza sobre a possibilidade de inscrição para novos projetos caso o
792 proponente não tenha executado ou recebido um projeto anterior. **Anne Paiva** sobre
793 o cronograma dos editais, mencionou que eles serão abertos até o final de julho, com
794 a intenção de permanecerem abertos por 30 dias. Ela destaca a necessidade de
795 pagar todos os beneficiários até o final de dezembro deste ano, antes dos novos
796 recursos do programa Paulo Gustavo serem lançados. Também levanta a questão de
797 se os contemplados em um ano podem ser contemplados novamente no ano
798 seguinte, visando oportunizar mais pessoas a receberem o benefício. Ela sugere a
799 possibilidade de destinar uma parte dos recursos para cursos e formação, além de
800 projetos culturais, a fim de promover o desenvolvimento da comunidade do hip-hop
801 nos próximos anos. Quer entender como os participantes se veem daqui a cinco anos
802 e qual é o interesse deles em termos de especialização e formação. **Marcelo Dias**
803 está incentivando os participantes a pensarem a longo prazo, estabelecendo um
804 processo evolutivo ao longo dos anos. Ele destaca a importância de não apenas
805 vislumbrar o valor imediato do projeto, mas também considerar sua continuidade e
806 evolução ao longo do tempo. Marcelo ressalta que, se os participantes se

807 concentrarem apenas no momento presente, podem acabar esgotando sua
808 capacidade laboral e operacional no futuro. Ele destaca que o Ministério está
809 fornecendo recursos e orientações para os participantes, mas eventualmente eles
810 precisarão aprender a pensar por si mesmos e a se adaptar às mudanças do
811 mercado. **Thiago Hermido** esclarece que a prestação de contas não é obrigatória em
812 todos os casos, mas se torna obrigatória quando um projeto não é executado
813 conforme planejado ou quando há suspeitas sobre o uso inadequado dos recursos.
814 Ele ressalta a importância de guardar todas as notas fiscais e comprovantes de
815 gastos, pois, mesmo que inicialmente não pareça necessário, podem ser solicitados
816 posteriormente em uma prestação de contas. **Luciane Ituassú** explicou que quanto
817 ao cronograma de ação previsto para meados de julho, ele destaca que é uma
818 estimativa e que podem ocorrer atrasos devido a consultas públicas e pareceres de
819 órgãos envolvidos, mas o objetivo é trabalhar dentro desse prazo. **Participante (2)**
820 destaca a importância de investir na profissionalização dos artistas e produtores do
821 movimento de hip hop, visando torná-lo autossustentável e reconhecido tanto pela
822 rede pública quanto pela rede privada. Ele acredita que ao investir em educação e
823 informação, é possível fortalecer o mercado cultural e garantir a sustentabilidade do
824 movimento a longo prazo. **Anne Paiva** está questionando se o edital de hip-hop terá
825 alguma especificação sobre as atividades a serem realizadas ou se o objeto será livre.
826 Ela sugere destinar uma porcentagem para ações de formação ou cursos. Anne
827 menciona que no edital da Paulo Gustavo, os elementos do hip-hop foram elencados,
828 como produção e formação, mas houve flexibilidade para contemplar diferentes
829 atividades. Ela está aberta a sugestões para o edital deste ano. **Lamartine** expressa
830 sua preocupação com a exigência de abrir uma conta apenas no Banco do Brasil para
831 os participantes do edital, considerando-a um retrocesso. Ele argumenta que essa
832 restrição limita o acesso aos recursos do edital, especialmente para aqueles que não
833 têm fácil acesso a uma agência do Banco do Brasil em sua região. Lamartine ressalta
834 que essa exigência contradiz os esforços anteriores para ampliar as possibilidades
835 de acesso aos recursos culturais, incluindo a abertura para bancos digitais. Ele
836 enfatiza que essa restrição pode dificultar o acesso aos recursos culturais, o que é
837 prejudicial para a comunidade artística. **Thiago Hermido** expressa preocupação com
838 a dificuldade enfrentada pelas pessoas para abrir uma conta bancária, especialmente
839 considerando as exigências da Lei Paulo Gustavo e da Lei Aldir Blanc, que
840 estabelecem a necessidade de uma nova conta para receber os recursos de fomento.
841 Ele sugere que a parceria com o Banco do Brasil poderia facilitar esse processo,
842 permitindo a abertura automática da conta no momento da contemplação, sem que
843 os proponentes precisem passar pelo processo burocrático de abertura de conta
844 manualmente. Ele pede esclarecimentos sobre como esse processo será realizado,
845 se a Secretaria irá viabilizar a abertura da conta em parceria com o Banco do Brasil,
846 o que certamente facilitaria o processo para os proponentes. Andreson destaca a
847 importância de considerar as dificuldades enfrentadas pela população do interior em
848 relação à acessibilidade bancária. Ele menciona a falta de agências do Banco do
849 Brasil em algumas regiões e ressalta os desafios adicionais, como a má qualidade da

850 internet e os custos de deslocamento para acessar os serviços bancários. **Andreson**
851 relata situações em que as pessoas precisaram viajar de uma cidade para outra para
852 sacar recursos, enfrentando gastos adicionais com transporte e alimentação, além do
853 risco associado ao transporte de grandes quantias de dinheiro. Ele pede que essas
854 questões sejam consideradas na elaboração das políticas relacionadas ao banco,
855 especialmente levando em conta a realidade e as dificuldades enfrentadas pela
856 população do interior. **Thiago Hermido** ressalta a complexidade da situação ao
857 abordar o fator amazônico. Ele destaca que, frequentemente, a discussão se
858 concentra apenas no aspecto financeiro, considerando a Amazônia como uma região
859 mais cara para produção. No entanto, enfatiza que o fator amazônico não se limita a
860 questões monetárias, mas diz respeito principalmente à necessidade de estruturar a
861 região. Para ele, isso implica não apenas em disponibilizar mais recursos financeiros,
862 mas também em promover o acesso a serviços bancários, internet de qualidade e
863 melhores condições de transporte, visando o desenvolvimento da região amazônica.
864 explica que o fator amazônico também se manifesta na discrepância dos custos de
865 transporte na região. Ele destaca a dificuldade de acesso a serviços básicos, como
866 bancos, e a falta de opções de transporte eficientes, o que impacta diretamente na
867 realização de projetos culturais. Argumenta que focar apenas no aumento de recursos
868 financeiros para lidar com essas questões pode fortalecer uma estrutura já
869 consolidada nos grandes centros urbanos, deixando as áreas remotas ainda mais
870 desfavorecidas. Ele menciona os diálogos já estabelecidos com o banco e sugere que
871 a Caixa Econômica seria uma opção mais acessível, devido à sua presença mais
872 ampla, inclusive em locais remotos. No entanto, ele questiona como seria possível
873 realizar saques de grandes quantias em dinheiro em locais onde as opções bancárias
874 são limitadas, como nas lotéricas do interior da Amazônia. ressalta que a segurança
875 dos trabalhadores está em risco devido às dificuldades relacionadas ao recebimento
876 de recursos financeiros. Ele argumenta que seria ideal que esses trabalhadores
877 pudessem receber um cartão de pagamento e realizar transações a partir dele, como
878 parte da parceria com o Banco do Brasil. A ideia não é que eles recebam o dinheiro
879 em casa, mas sim que tenham a possibilidade de pagar contas ou fazer
880 transferências, mesmo que seja de forma eletrônica. Reconhece as dificuldades
881 existentes nesse processo, mas destaca a importância de melhorar a infraestrutura
882 logística, incluindo serviços de internet e telefonia, nos locais mais remotos, para
883 garantir o desenvolvimento adequado não apenas do setor cultural, mas de todos os
884 setores. **Drika** destaca a difícil realidade enfrentada pelos artistas dos interiores, que
885 muitas vezes precisam passar longas horas em deslocamento para acessar os
886 recursos financeiros necessários para seus projetos culturais. Ela ressalta que esse
887 processo pode envolver até mesmo dias de viagem em barco, com grandes quantias
888 de dinheiro, o que expõe os artistas a diversos riscos. Drika expressa a importância
889 de considerar essa problemática e encontrar soluções que facilitem a vida desses
890 criadores de cultura, tornando o acesso aos recursos mais prático e seguro para eles.
891 **Anderson** destaca a importância da continuidade dos festivais ao longo de cinco
892 anos, conforme discutido anteriormente na prefeitura. Ele ressalta que muitos desses

893 eventos não conseguem se realizar devido à falta de recursos, mesmo após diversas
894 edições bem-sucedidas. Explica que a dificuldade em obter patrocínio ou apoio está
895 relacionada à falta de visibilidade dos eventos, o que dificulta a atração de futuros
896 patrocinadores. Ele compartilha suas próprias experiências, mencionando os desafios
897 enfrentados na tentativa de organizar a primeira edição de um festival, incluindo a
898 burocracia para abrir uma empresa. Ele reitera a importância dos festivais, tanto para
899 a cultura quanto para a economia criativa, destacando que muitos deles incluem
900 iniciativas como brechós e vendas de comida, que beneficiam a comunidade local.
901 enfatiza que esses eventos não precisam necessariamente ocorrer apenas na
902 periferia, podendo também acontecer em teatros, desde que haja uma ênfase na
903 economia criativa. Ele enfatiza a importância de garantir recursos para os festivais ao
904 longo dos cinco anos, permitindo que continuem a promover a cultura e a envolver a
905 comunidade de forma significativa. **Rayane Lacerda** destaca a questão do Festival
906 do Islã AM, que foi contemplado pela Lei Paulista em 2021, mas não conseguiu
907 realizar sua segunda edição no ano seguinte devido a questões relacionadas ao
908 edital. Ele menciona que no ano anterior conseguiram incluir o Islã na competição
909 nacional Islã BR, onde os participantes representam o estado em uma competição
910 nacional que ocorre em diferentes locais, e o vencedor nacional compete em Paris.
911 Isso ressalta a importância de garantir recursos para que representantes do estado
912 possam participar dessas competições, o que também requer continuidade no apoio
913 para esses eventos. **Luciane Ituassú** sugere direcionar parte dos recursos para
914 projetos continuados, destacando que os contemplados se sentiriam mais seguros
915 com essa abordagem. Ela enfatiza que, ao considerar projetos livres, como um
916 festival continuado, não há garantia de que serão contemplados nos próximos editais,
917 pois a natureza livre do objeto não oferece essa segurança. Portanto, ela incentiva a
918 classe a avaliar essas possibilidades, visando a trabalhar no edital de forma mais
919 realista para os beneficiários. **Denny** expressa interesse em voltar à discussão e
920 solicita informações sobre quem pode participar do edital de hip-hop e quais são as
921 restrições existentes. Outra questão levantada é a sugestão de vedar a participação
922 de pessoas que não são do movimento hip-hop, para evitar que organizações que
923 não têm ligação direta com o hip-hop monopolizem as oportunidades. A preocupação
924 é que essas organizações, acostumadas a escrever projetos para editais, possam
925 prejudicar a participação de indivíduos envolvidos genuinamente com o movimento.
926 Portanto, a sugestão é privilegiar aqueles que são do próprio movimento hip-hop.
927 **Luciane Ituassú** destaca a importância de trabalhar de maneira livre no edital, tanto
928 em relação ao objeto quanto aos participantes, mas sugere a atribuição de
929 pontuações diferenciadas para os proponentes que demonstrem experiência na área.
930 Ela menciona a sugestão de um escalonamento de tempo de execução e
931 envolvimento com o movimento hip-hop para fornecer essa pontuação diferenciada.
932 Porém, também levanta preocupações sobre quem valida a participação no
933 movimento hip-hop, destacando a necessidade de uma reflexão sobre a possível
934 exclusão que essa validação pode causar. Ela sugere que o portfólio dos participantes
935 seja usado como critério para validar essa participação, observando a atuação da

936 pessoa na área do hip-hop ao longo do tempo. Além disso, ela ressalta a importância
937 de garantir que as informações no cadastro estadual estejam atualizadas para refletir
938 adequadamente a experiência dos proponentes durante a avaliação dos projetos.
939 **Pedro Cacheado** compartilha suas reflexões sobre a questão do acesso ao Banco
940 do Brasil e à internet nos interiores, destacando a importância de avançar nessas
941 áreas para viabilizar os projetos culturais. Ele menciona a possibilidade de utilizar
942 parte dos recursos para a compra de equipamentos que melhorem a conectividade
943 nas casas dos produtores culturais. Pedro ressalta a relevância do Banco do Brasil
944 na facilitação dos trâmites necessários para os projetos culturais, mas também
945 destaca a necessidade de compreender a realidade dos produtores culturais que
946 podem enfrentar dificuldades para acessar o banco. Além disso, ele levanta a
947 preocupação sobre os critérios de inclusão no movimento hip-hop, enfatizando que é
948 importante evitar exclusões e oportunizar novos talentos, mesmo que isso signifique
949 a entrada de novos participantes no movimento. Por fim, Pedro traz à tona questões
950 sobre a distribuição dos recursos e a forma como a lei contempla essa distribuição
951 entre diferentes segmentos culturais, buscando entender como será feita a divisão
952 dos recursos e garantir uma distribuição equitativa. **Anne Paiva e Thiago Hermido**
953 compartilham informações sobre o uso dos recursos da LPG durante a reunião. Eles
954 explicam que, com exceção dos editais de audiovisual, o cadastro reserva de todos
955 os outros editais foi zerado e os recursos foram utilizados. O montante total dos
956 rendimentos da LPG atingiu cerca de 2 milhões de reais. Eles destacam que os
957 cadastros reservas ficaram para os editais de audiovisual devido aos altos valores
958 contemplados, a partir de 500 mil reais. Os recursos previstos para novos editais já
959 estão sendo calculados levando em consideração os rendimentos até maio, o que
960 permitirá a criação de novos editais. Enfatizam a importância da participação dos
961 membros nas reuniões e solicitam que preencham um questionário online, pois isso
962 ajudará na tomada de decisões para futuros editais. Eles pedem que os membros
963 compartilhem o link do questionário com seus colegas e incentivam a participação de
964 todos. Assim, sem mais manifesto foi encerrada a 2ª reunião.



Esta ata, após lida com os presentes, vai assinada por mim e por todos.

